

## Os sindicatos e a vida política

O sindicalismo português está actualmente balizado entre as duas centrais existentes: a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional (CGTP-IN), por um lado, e a União Geral de Trabalhadores (UGT), por outro. Estas duas organizações, contudo, estão longe de ocupar todo o espaço sindical existente. Com efeito, há um número bastante significativo (e relativamente estável nos últimos anos) de sindicatos não filiados em nenhuma das centrais e que habitualmente se designam por independentes.

Trata-se de organizações que adoptaram um estatuto de independência formal em relação às centrais, o que nem sempre quer dizer autonomia. Em alguns, de autonomia mais que duvidosa, percebe-se que o respectivo estatuto de independência obedece apenas a razões de ordem tática e até conjuntural, já que, do ponto de vista estratégico e da sua dinâmica, se revelam como sindicatos «alinhados» com alguma das centrais, pese embora uma ou outra divergência pontual. São organizações que, de resto, colaboram frequentemente com uma ou outra central (não com as duas, entenda-se...), em pouco se distinguindo delas. São os casos, para dar apenas dois exemplos, da Federação dos Escritórios e Serviços, relativamente à UGT, e da Frente Comum da Função Pública, no respeitante à CGTP.

Mas entre os sindicatos estatutariamente independentes há os que também são verdadeiramente autónomos. Isto é, que têm uma concepção ou uma prática diferentes, se não mesmo alternativas, das que enformam uma e outra das centrais.

Alguns destes sindicatos (a que, por facilidade, chamaremos autónomos) constituem mesmo uma federação — a Federação dos Portuários e Marítimos —, que preenche quase todo o espaço existente no sector e cuja implantação não tem cessado de crescer. Fora este caso específico, são quase sempre pequenos sindicatos, de âmbito profissional, habitualmente na área dos técnicos ou quadros, ocupando zonas-chave dos respectivos sectores, por vezes com uma perspectiva sindical algo corporativa. São, regra geral, sindicatos únicos no respectivo universo, agrupando a esmagadora maioria, se não mesmo a totalidade, dos trabalhadores. São os Pilotos da Aviação Civil, os Maquinistas da CP, os Jornalistas, as Contribuições e Impostos, os Electricistas do Metro, o Sitema (Técnicos de Manutenção de Aeronaves), os Ajudantes de Farmácia, etc. As suas acções têm normalmente um grande impacto, quer pela sua proximidade em relação à opinião pública, quer pela sua comprovada eficácia (e decorrentes prejuízos para os utentes).

O desenvolvimento deste tipo de sindicatos verificou-se, sobretudo, a partir de 1978. Explica-se por diversos factores, entre os quais: a estratégia das correntes sindicais dominantes, especialmente da CGTP (o que explica

---

\* Jornalista.

que grande parte deles sejam vincadamente hostis à Intersindical, o que não significa, forçosamente, uma maior identificação com a UGT); a inexistência de um sindicalismo vertical que entendesse, e desse resposta, aos problemas e aspirações próprios dos quadros e técnicos; o clima de guerrilha permanente que, a partir de certa altura, se instalou em algumas empresas e sectores entre as duas correntes sindicais dominantes; a necessidade, absolutamente vital, sentida por alguns sindicatos, de afirmar um estatuto de rigorosa independência em relação às duas centrais, como única forma de evitar o pluralismo, entendido como sinónimo de quebra de identidade da respectiva classe e de debilidade reivindicativa.

É impossível tipificar o comportamento destes sindicatos relativamente às duas centrais. Alguns há que vivem virados sobre o umbigo, ignorando tudo quanto os rodeia. Outros colaboram com regularidade com uma ou outra das centrais (mais com a UGT do que com a CGTP). Por fim, há os que mantêm relações com ambas as confederações, ao ponto de conseguirem animar processos reivindicativos verdadeiramente unitários. Todos eles, porém, conservam vivas as suas características autónomas.

É possível que a manutenção do actual bloqueio entre as duas centrais venha a dar novo alento ao sindicalismo independente e autónomo. Mas não nos iremos deter mais sobre ele — não tanto por ser minoritário, mas porque, dado o seu carácter autónomo, é difícil abordá-lo na perspectiva das relações entre o sindicalismo e a política (e mais ainda entre sindicatos e partidos).

## QUEM REPRESENTA QUEM

Como se disse, o sindicalismo português é dominado (mas está longe de ser monopolizado...) pelas duas centrais sindicais, a CGTP-IN e a UGT. São confederações que pouco ou nada têm a ver com o sindicalismo da I República, sobretudo com a sua componente maioritária, o anarco-sindicalismo, consubstanciada na influente e poderosa CGT, rica de tradições, de imaginação, de ousadia, de irreverência. O sindicalismo corporativo, dominante (se não mesmo exclusivo) entre 1933 e 1969, provocou um vazio completo entre o sindicalismo dos anos 20 e o que desabrochou nos anos 70. Vazio que deu lugar a uma ruptura: em termos de gerações de dirigentes, de ideologia, de prática sindical.

Qual a implantação de cada uma das centrais? Qual a mais representativa?

Não é possível avançar números rigorosos sobre a representatividade de cada uma das centrais. Como não é possível saber com exactidão a actual taxa de sindicalização — sendo certo, apenas, que ela tem vindo a baixar, e de um modo por vezes preocupante, em alguns sectores.

Ao contrário do que acontece nos países europeus com tradição de pluralismo sindical, em Portugal ainda não há forma de avaliar a audiência de cada uma das confederações junto do universo de trabalhadores. Trata-se de um problema de fundo, para o qual continua a não ser encontrada uma resolução minimamente satisfatória, apesar de ciclicamente levantado pela Organização Internacional do Trabalho, sempre que é necessário proceder à nomeação do representante dos trabalhadores portugueses às conferências anuais daquela organização.

Apenas em dois ou três sindicatos da UGT é possível, com regularidade, avaliar a relação de forças entre as duas grandes correntes sindicais. São

sindicatos do sector de serviços, com implantação sobretudo nos grandes centros urbanos, pelo que os resultados obtidos têm um alcance limitado. A sua utilização, mesmo como amostragem, carece de qualquer rigor. Sublinhe-se ainda que o número de sindicatos em que os actos eleitorais são disputados por listas representativas das duas grandes correntes tem vindo a diminuir — e tende mesmo a desaparecer a médio prazo, conhecida que é a tendência, praticamente irreversível, no sentido da institucionalização do pluralismo em todos os sectores de actividade (excepção feita, claro está, aos que estão «ocupados» por sindicatos autónomos).

O único critério que se nos afigura minimamente seguro — apesar das múltiplas reservas que se lhe possam colocar — é o das eleições para as comissões de trabalhadores. Cobrindo integralmente o sector público, disseminadas um pouco por todo o País e pelos diversos sectores de actividade (excepção, talvez, para a agricultura), as CTs são, por isso mesmo, e não obstante a sua excessiva partidarização, um bom indicador da implantação das duas grandes correntes sindicais. Na verdade, apesar da diferença existente entre sindicatos e comissões de trabalhadores, a tendência generalizada é para estas serem disputadas por listas que se identificam ou são influenciadas por uma das duas centrais sindicais.

## CGTP — CENTRAL MAIORITÁRIA

Uma análise da composição das CTs leva à conclusão de que a componente CGTP é maioritária naqueles órgãos de trabalhadores. Esta asserção estatística (chamemos-lhe assim) mais não faz que comprovar a impressão, que qualquer observador colhe da vida sindical do dia-a-dia, de que a CGTP é a maior central portuguesa.

No sector industrial, em particular, a CGTP goza de uma maioria confortável. Diríamos mesmo que, em princípio, e se não ocorrer nada de extraordinário que faça estremecer todo o edifício sindical, a primazia da CGTP, sobretudo nos sectores mais tradicionais da indústria, é indisputável nos próximos anos. Sendo a organização mais consolidada e experiente, beneficia de uma implantação mais velha, diversificada e enraizada nas empresas e conta, além disso, com militantes em maior número e mais devotados do que a central concorrente.

Mas a maioria de que a CGTP dispõe actualmente não é a mesma de outrora. Confinada inicialmente à área de serviços, a UGT foi-se estendendo progressivamente a todos os sectores, roubando algumas franjas de trabalhadores à Inter, que beneficiara do facto de ter chegado primeiro ao terreno, alguns anos antes. A partir daí passou a funcionar o mecanismo da concorrência sindical, que, numa primeira fase, parece prejudicar mais a CGTP do que beneficiar a UGT.

Entretanto, a CGTP, até como resultado da sua condição de central única durante alguns anos, cometeu alguns graves erros em diversos níveis da sua estrutura, resultantes, em larga medida, da sua própria estratégia. Em alguns casos, como nos CTT (a maior empresa do País), conseguiu refazer-se. Noutros — TAP e CP, por exemplo — provocou verdadeiros fenómenos de rejeição, traduzidos na criação de uma miríade de pequenos sindicatos de âmbito profissional e de empresa, marcadamente hostis à orientação da central. Mais recentemente, na Carris, o beneficiário directo foi o Sindicato dos Transportes da UGT (Sitra), tendencialmente maioritário no sector do movimento. O mesmo parece estar a acontecer no sector têxtil.

Nestes casos, e ainda que continuando a ser a força maioritária, a CGTP perdeu eficácia, prestígio e operacionalidade.

Estes são, porventura, os casos que melhor ilustram a perda relativa de influência da CGTP. Perda que se verifica não só nas grandes empresas públicas, mas também em sectores de actividade, mas de que nem sempre a UGT tem beneficiado. Em todo o caso, repete-se que a CGTP continua a gozar de uma implantação e de uma influência confortavelmente maioritárias.

## O LENTO CRESCIMENTO DA UGT

No sector de serviços e entre os quadros e técnicos, é a UGT a central maioritária, praticamente desde que foi fundada. Aqui, a sua hegemonia só corre verdadeiro perigo no sector bancário: no Norte, a divisão entre as tendências social-democrata e socialista permitiu que o respectivo sindicato fosse ganho por uma lista afecta à CGTP; no Sul, a relação de forças é extremamente equilibrada. Mas a tradicional disputa dos sindicatos bancários pelas duas centrais tende a acabar. Isto é, e como se disse, está próximo o dia em que o pluralismo sindical chegará à banca e aos seguros, praticamente os únicos grandes sectores ainda não tocados pelo fenómeno dos sindicatos paralelos.

Parece inegável que a UGT tem vindo a crescer lentamente. O contrário é que seria de espantar. É o resultado de diversos factores conjugados: a criação de novos sindicatos em sectores que anteriormente a UGT não tocava e que, por essa razão, eram «coutada» da CGTP; a estratégia desenvolvida pela central adversária (e os erros dela resultantes, alguns dos quais não só não reparou, como repetiu); os êxitos pontuais do trabalho produzido por alguns militantes e sindicatos; a política sistemática dos últimos governos de privilegiar a UGT em detrimento da Inter. Casos que ilustram a subida da UGT fora do sector dos serviços são, em termos de empresas, a Carris, a Rodoviária Nacional e a Lisnave; em termos de sectores, a metalurgia, os têxteis e a química. Bem maior seria a subida se a UGT tivesse uma verdadeira implantação nas empresas e se possuísse militantes e quadros à altura.

A subida da UGT tem sido lenta e de molde a não fazer perigar, na generalidade, as posições da CGTP. Por outro lado, a UGT não tem crescido na razão inversa da descida da CGTP. O que se explica, não tanto pelo desenvolvimento do sindicalismo independente e autónomo, mas sobretudo pelo aumento da dessindicalização. Além disso, sectores há, como a agricultura e a função pública, onde os sindicatos nunca conseguiram uma grande penetração.

## A RELAÇÃO ENTRE OS PARTIDOS E AS CENTRAIS SINDICAIS

Na direcção de ambas as centrais sente-se o peso suficiente dos partidos políticos — de um, no caso da CGTP, de dois, no da UGT.

É certo que a génese das centrais foi diferente; mas profundamente diferentes foram também as circunstâncias em que nasceram e que as moldaram.

A Intersindical nasceu em plena «primavera marcelista». Organização que pretendia a ruptura com o corporativismo dominante, ela começou por

ser uma frente ampla antifascista, aglutinando todas as correntes contrárias ao regime: comunistas, católicos progressistas, socialistas, independentes de esquerda, maoístas. A unidade entre todas estas correntes vigorou durante escassos dois anos, após o que uma tendência organizada (o PCP) passou a ter a primazia, que nunca mais haveria de perder.

A UGT nasceu precisamente para se opor ao domínio da Intersindical no movimento sindical. Não foi um movimento genuinamente sindical, com um projecto alternativo ao dominante (basta recordar as fraquezas, ingenuidades e oscilações da «Carta Aberta» nos anos de 1976 e 1977). Pelo contrário: implicou a intervenção directa dos partidos com maior capacidade para se oporem, no terreno social, à hegemonia da Intersindical. Intervenção calculada, que assumiu inclusivamente a forma (inédita no movimento operário europeu) de um acordo interpartidário, com a consequente partilha milimétrica dos lugares cimeiros da nável organização sindical, deles excluindo os militantes de outras cores ou sem filiação partidária.

## A HEGEMONIA DO PCP NOS DIVERSOS ESCALÕES DA CGTP

Em termos políticos, a CGTP goza do apoio empenhado de diversas organizações: o PCP; a UEDS e a Base-FUP (defensores de um socialismo autogestionário); a UDP (marxista-leninista, pró-Albânia); e o PSR (trotskista), a que há que acrescentar diversos militantes e dirigentes do PS. No entanto, na pirâmide extremamente hierarquizada que é a CGTP, o PCP goza de hegemonia em todos os seus escalões. Razão por que a corrente comunista se costuma chamar «maioria», enquanto às restantes sensibilidades se chama «minorias».

O escalão da CGTP onde as minorias estão mais representadas em termos relativos é precisamente a cúpula da Confederação: a Comissão Executiva do Conselho Nacional, onde dispõe de 3 lugares, num total de 13. Esta proporção vai diminuindo à medida que se desce nos diversos órgãos confederais: quer no Conselho Nacional, quer no Plenário de Sindicatos (órgão máximo entre congressos), o desequilíbrio ainda é mais confortavelmente favorável ao PCP. Panorama semelhante se verifica no congresso confederal, que se reúne de três em três anos. No seio da Comissão Executiva, pode dizer-se que os pelouros mais importantes, do ponto de vista da operacionalidade, estão na mão de sindicalistas comunistas: a coordenação, as relações internacionais, a organização, a contratação colectiva, a informação e propaganda, as finanças.

Mas o peso do PCP aumenta igualmente à medida que se desce nas diversas estruturas da pirâmide que é a Confederação. Assim, a corrente comunista domina todas as uniões distritais e concelhias, bem como a generalidade das federações de indústria, havendo algumas em que as correntes minoritárias não têm um único representante na respectiva direcção. Situação idêntica se verifica na esmagadora maioria dos sindicatos. Aliás, o número de sindicatos mais directamente influenciados pelas diversas minorias há muito que estabilizou, havendo, sim, uma tendência para que diminua.

Desde o congresso de 1977 — em que, significativamente, a Intersindical passou a designar-se CGTP-IN — que se tem vindo a assistir a uma progressiva clarificação das relações entre a Confederação e o Partido, designadamente em termos de dirigentes nacionais. A clarificação, porém,

ainda está muito longe de se poder considerar aceitável e fica muito aquém da existente nas centrais de orientação comunista da Europa ocidental, onde a transparência da organização é muito maior.

Apesar de o direito de tendência (previsto na Constituição) não estar devidamente regulamentado, o facto é que na CGTP há, pelo menos, uma tendência organizada: a tendência comunista. Uma tendência que, por sinal, e como se disse, é maioritária. E que está presente, de uma forma organizada e disciplinada, em todos os níveis da Confederação. No topo, os dirigentes comunistas da Comissão Executiva constituem, eles próprios, uma célula partidária, que se reúne regularmente conforme os estatutos e regras do Partido: que, nestes termos, responde perante os organismos e os responsáveis do Partido para o movimento sindical.

Na base, e muito especialmente nas empresas, tende a haver, por vezes, uma verdadeira fusão entre Partido e sindicato: na verdade, é difícil perceber onde começa a secção sindical e acaba a célula de empresa, tal o estado de identificação em termos pessoais e políticos. E esta fusão é tanto maior quanto maior é o peso da central na empresa.

Conhecido como é o peso do aparelho nos partidos comunistas tradicionais, não admira que este tenha uma importância crescente na própria central. Na verdade, o aparelho partidário tem vindo a marcar progressivamente a política e a estrutura da Confederação. De diversas maneiras:

No relevo crescente concedido aos objectivos de ordem política (leia-se partidária) perante os de ordem estritamente sindical;

Nas promoções, impostas pelo aparelho partidário, nos diversos níveis da estrutura sindical, com as consequentes ascensões vertiginosas de quadros (dirigentes e funcionários), acompanhados das inevitáveis quedas de responsáveis que perderam a confiança política;

No reflexo na estrutura sindical das divergências existentes no interior do Partido (caso das célebres, mas reais, sensibilidades comunistas no interior da direcção da central). Casos há em que essas divergências têm chegado ao ponto de ruptura e vêm mesmo a público, altura em que se percebe de uma forma mais distinta o peso determinante do aparelho;

Na forma de relacionamento com as outras correntes da central.

Vale a pena determo-nos sobre este último ponto, não tanto por ser o mais facilmente perceptível, mas por ser o que melhor traduz o comportamento, tendencialmente voraz, do aparelho partidário. Nos últimos anos, principalmente desde o congresso de 1977, as relações da corrente comunista com os diversos parceiros da Confederação têm sido caracterizadas por três tipos de atitudes:

1. Marginalização dos sectores para os quais há menos compreensão e tolerância política e sobretudo que se revelam mais inúteis ou incómodos, quer em termos táticos, quer estratégicos. Este afastamento incide, por um lado, sobre os que se confundem mais com o PCP — caso dos sindicalistas ligados ao MDP, que tiveram um papel histórico nos tempos «heróicos» da central, mas de que hoje em dia praticamente não há rasto. A marginalização incide, por outro lado, sobre os que mais hostilizam o PCP, em especial se situados à sua esquerda e que se reclamam de uma ideologia afim e/ou de métodos semelhantes. É sabido como, historicamente, os partidos comunistas não toleram oposição à sua esquerda. Dai que o PCP,

no interior da Inter, procure afastar os sectores ligados à UDP ou aos trotsquistas do PSR.

2. Privilegiar os que lhe parecem mais úteis tacticamente, em especial no plano político (que não necessariamente sindical). É o caso da abertura aos sectores católicos progressistas — o que explica o peso desmedido da Base-FUT no topo da central, quando comparado com a sua efectiva implantação no terreno. É o caso, ainda, da «ponte» que pretende não só manter, como alargar, para a área socialista — via UEDS e sobretudo do PS, nem que, para tanto, seja preciso «pescar à linha» alguns militantes socialistas (que é o que, na prática, tem acontecido, já que os socialistas eleitos para os órgãos dirigentes da central não comprometem nenhum escalão do PS). A tendência comunista pressente que, em última análise, da participação dos católicos e dos socialistas depende a própria imagem pluralista (e democrática) da central.

3. A coexistência pacífica entre comunistas, por um lado, e socialistas e católicos, por outro, existente na cúpula da central raramente é acompanhada nos outros escalões. Com efeito, ao nível, por exemplo, dos sindicatos, as relações entre a maioria e minorias têm sido marcadas por tensões crescentes, que não raro dão lugar a situações de ruptura, consubstanciada na apresentação, já não de uma lista «unitária», mas de duas listas alternativas, ambas reclamando-se da central. Este facto é o que melhor ilustra o pendor verdadeiramente absorvente do aparelho comunista, que reivindica mais e mais espaço e lugares. A este respeito, não deixa de ser elucidativo o facto de não haver praticamente nenhum outro organismo da central constituído numa base idêntica à da comissão executiva. No caso peculiar dos sindicatos, ou são controlados — no sentido rigoroso do termo — pelo aparelho do PCP, ou então são dominados por uma ou várias das correntes minoritárias, não havendo, neste último caso, lugar para militantes comunistas organizados. Ou seja: na CGTP não há praticamente sindicatos unitários.

Se o peso dominante da corrente comunista na central encontra a sua principal explicação na lógica de um aparelho partidário vocacionado para o exercício exclusivo do poder, há que reconhecer que ele também tem sido facilitado ou permitido pelas próprias minorias. Por um lado, porque são tendências muito variadas e com poucas afinidades, em termos ideológicos e de método — há certamente muito pouco em comum entre os socialistas autogestionários da Base-FUT e da UEDS e os marxistas-leninistas da UDP, que, no entanto, são a corrente com maior implantação entre as minorias. Por outro lado, até por reacção à maioria, são correntes avessas a estabelecer entre elas qualquer tipo de organização interna, e muito menos de disciplina. Por último, mas, talvez por isso, o mais importante: as minorias não são portadoras de um sindicalismo esclarecido e realmente alternativo ao que é defendido pelos comunistas — o que conduz a que as divergências sejam apenas pontuais e ocasionais, não se podendo falar, com propriedade, de projectos realmente diferenciados.

Em termos de futuro, não parece difícil prever o avolumar de dificuldades no relacionamento entre a maioria e as minorias. Algumas destas, ou desapareceram praticamente (MDP), ou estão votadas ao ostracismo (UDP, PSR). Quanto às restantes, adivinham-se crescentes reservas perante um alinhamento com o PCP — e não se trata só do PS, havendo sinais disso quer na UEDS quer na própria Base-FUT.

Desde a sua fundação que a constituição dos diversos órgãos da UGT tem obedecido a um critério básico: um acordo entre as duas principais tendências, o que equivale a dizer acordo entre os dois partidos que estão na sua génese, PS e PSD. Esta regra é praticamente universal. Isto é, vale para a generalidade dos escalões da central, desde a sua Comissão Executiva até aos conselhos gerais da maior parte dos sindicatos federados.

Mais: até ao último congresso, o acordo interpartidário assumiu a forma, nos órgãos da central, da paridade na representação das duas tendências. Regra que acabaria por ser seguida nalguns sindicatos, designadamente nos de formação recente e onde era difícil apurar a expressão real de cada uma dessas tendências.

Nos últimos anos, a actividade sindical propiciou espaço para que se exprimisse a verdadeira representação de cada uma das correntes — ao nível das empresas e de cada sindicato. Foi assim que se tornou progressivamente clara a relação de forças no interior da central e que o último congresso traduziu numa relativamente confortável maioria dos socialistas em relação aos seus parceiros sociais-democratas. Mau grado a clarificação obtida, o congresso voltou a ser fortemente condicionado pela lógica do acordo interpartidário, que foi actualizado nas vésperas. Negociado em termos predominantemente partidários e à margem do congresso, o acordo traçou, antes que os delegados se pudessem exprimir, o essencial do conteúdo dos documentos em análise, bem como o perfil dos futuros órgãos directivos<sup>1</sup>.

No último congresso (1984) há a assinalar uma novidade: o fim da paridade entre PS e PSD, o que é o resultado, no plano político, de uma realidade antecipadamente visível em termos sindicais. Mas há também uma agravante: a exclusão, em todos os órgãos confederais, de uma das correntes do PSD (tendência sindical reformista social-democrata, conhecida por Tesiresd), curiosamente aquela que, no interior da central, mais vinha pugnando por uma progressiva autonomização em relação aos partidos, entendida como o caminho para uma necessária independência.

À semelhança dos anteriores congressos, todos os dirigentes eleitos são filiados ou no PS ou no PSD. Não há nenhum dirigente que milite numa outra organização, ou que seja independente. Por outro lado, todos os dez membros da Comissão Executiva detêm cargos de responsabilidade nos respectivos partidos, de que são ou dirigentes nacionais ou deputados.

O peso da corrente socialista aumenta à medida que se desce na pirâmide da central: Comissão Executiva, Secretariado Nacional, Conselho-Geral. A relação de forças é diversa de sindicato para sindicato, sendo que o PS predomina nos órgãos dirigentes da maior parte dos que se encontram actualmente filiados na central.

O lento — e prudente — delinear da hegemonia do PS na UGT foi, entretanto, acompanhado pelo aparecimento de outras correntes: a democrata-cristã (animada pela Federação dos Trabalhadores Democratas-Cris-

<sup>1</sup> Naturalmente que esta apreciação também é válida para os anteriores congressos da UGT, bem como os da CGTP. Nestes últimos, a principal diferença é quanto à forma, já que não têm a publicidade dos acordos verificados na UGT, nem assumem tão claramente a forma de um entendimento interpartidário. No fundo, porém, estamos perante formas diferentes de fazer a mesma coisa.

tãos, conotada com o CDS); a autogestionária (que agrupa militantes da UEDS, um ou outro da Base-FUT e independentes); a autónoma (que parece ter expressão apenas no Sindetelco, o sindicato da UGT para os sectores das telecomunicações e correios); e a comunista (que agrupa militantes do PCP). Todas estas pequenas correntes (a maior das quais é, naturalmente, a comunista) estiveram presentes no último congresso da central e estão representados no Conselho-Geral.

As tendências autogestionária e comunista existem apenas em alguns dos sindicatos «históricos» — que são também dos maiores sindicatos da UGT: Bancários, Seguros e Site-se. Os autogestionários, ainda que mantendo uma posição de reserva (em termos de orientação global e especialmente quanto aos sindicatos verticais), têm colaborado pontualmente com a UGT, havendo mesmo militantes daquela área em direcções sindicais. A sua ligação ideológica e afectiva à família socialista, por um lado, e o seu progressivo desencanto relativamente à CGTP, por outro, levarão os autogestionários a, mais cedo ou mais tarde, aceitar cargos de responsabilidade na UGT.

O mesmo não acontecerá com os comunistas. É certo que à UGT seria extremamente útil, em termos políticos e sobretudo sindicais, a participação de militantes do PCP nos organismos de base e intermédios da central — desde que, é bom de ver, em número limitado e devidamente «controlados». Como também é certo que o próprio PCP está dividido quanto a esta matéria, oscilando entre dois extremos, que se podem tipificar: de um lado, a deserção em massa, traduzida na dessindicalização do Site-se e na imediata filiação no Sindicato do Comércio de Lisboa, que entretanto alargou o respectivo âmbito profissional; de outro lado, a aceitação quase plena das regras próprias de um sindicato filiado, como acontece no sector bancário. A esta oscilação somam-se, não raro, contradições e súbitas mudanças de estratégia, visíveis no sector dos seguros. Em todo o caso, tudo indica que a participação de comunistas na UGT — pautada, de resto, por uma política de oposição absoluta e sistemática — seja meramente episódica. Confinada quase exclusivamente ao sector financeiro (os três sindicatos bancários e os dois da indústria seguradora), essa participação manter-se-á enquanto a CGTP e o PCP não definirem uma estratégia definitiva para essa zona nevrálgica do sindicalismo moderno. A vitória de uma lista que lhe era afecta, nos Bancários do Norte, fez acalentar esperanças a CGTP de poder voltar a «ganhar» os sindicatos da banca. Só que esta pausa não se pode prolongar por muito mais tempo. A Inter precisa de se afirmar no sector financeiro — e não há razões de ordem táctica que justifiquem que aquela central se remeta, *ad eternum*, a um simples estatuto de oposição no interior de sindicatos que, para mais, são o principal baluarte da UGT e dos maiores do País. Mesmo que, como é previsível, o enveredar pela via do pluralismo sindical na banca e nos seguros acentue as divergências entre a maioria e as minorias (recorde-se, por exemplo, que um dos principais dirigentes minoritários tem o singular estatuto de membro da comissão executiva da CGTP e sócio de um sindicato da UGT).

Mas a afirmação da hegemonia do PS foi também acompanhada por um aumento da conflituosidade entre as duas tendências dominantes na central. Em algumas áreas, quer regionais quer profissionais, onde mais se faz notar o divórcio entre PS e PSD, chegou-se inclusivamente a situações de ruptura — casos típicos dos Sindicatos dos Escritórios do Porto e Bancários do Norte. Divórcio que radica em razões de ordem política e ideológica e que

tem igualmente a ver com os próprios aparelhos partidários, cujos interesses não raro se opõem à lógica estritamente sindical.

Já se disse que os aparelhos aspiram ao exercício exclusivo do poder. Daí a sua tendência instintiva para se estenderem a parcelas sempre maiores, se necessário for, desalojando os próprios aliados (que são imediatamente equiparados a adversários). Isso aconteceu em alguns sindicatos, com especial realce para o Siteze, por sinal o maior da UGT. Noutros, estes impetus têm sido travados, ou por uma relação de forças particularmente equilibrada entre as duas maiores tendências — o que aconselha soluções de compromisso —, ou pela ameaça de uma terceira força, normalmente a corrente comunista — o que obriga à conjugação de forças.

A exclusão dos sociais-democratas da Tesiresd da direcção da central mostra a que ponto os aparelhos partidário-sindicais se dispõem a ir para afirmar o seu poder. É nestes casos que os aparelhos mais revelam o seu sectarismo, não hesitando — como aconteceu a seguir ao III Congresso — em depurar todos os escalões da central. Não importou que muitos dos sindicalistas afastados tivessem sido fundadores da UGT, alguns deles com provas dadas em termos de qualidade e até de liderança. Tratando-se de um assunto interno aos sociais-democratas, e havendo que respeitar o acordo firmado com a maioria do PSD, os socialistas assistiram impávidos à purga de todos sobre os quais recaíram suspeições de infidelidade ao aparelho partidário.

A tendência autoritária do aparelho tem a sua melhor expressão no sindicato metalúrgico da UGT. Aí assistiu-se à eliminação, pura e simples, de toda e qualquer oposição interna a uma liderança, já não partidária ou de tendência, mas pessoal.

O «pecado original» da UGT, como se viu, ainda conserva as suas marcas um pouco por toda a estrutura da central. Seja como for, é indiscutível que o espaço de democracia existente em alguns escalões da organização tem levado a uma diminuição pontual do peso dos partidos (e sobretudo dos aparelhos) e a um progressivo reforço da influência dos critérios sindicais. A tendência, em termos de futuro, embora lenta e não isenta de resistências e conflitos, é para uma coexistência mais alargada e para uma progressiva libertação da lógica estritamente partidária.

## CARACTERIZAÇÃO DOS DOIS TIPOS DE SINDICALISMO

Ambas as centrais são, ainda que de maneiras diferentes, e de uma forma mais acentuada numa do que noutra, correias de transmissão das forças políticas que as influenciam. A CGTP é-o relativamente ao PCP, que tem uma concepção leninista de acção sindical, que, como tal, é subordinada aos interesses e objectivos de ordem política. A UGT é-o em relação ao PS e PSD, e de uma forma mais acentuada quando estes exercem o poder. Ambas são igualmente situacionistas. A CGTP, por razões de ordem táctica e como modo de resistir a mudanças que ponham em causa as posições que foi conquistando. A UGT, porque, no essencial, se identifica com o actual sistema, havendo pois que o defender.

## CGTP: PRIMADO À POLÍTICA E CAPACIDADE DE ADAPTAÇÃO

Desde 1976, e salvo os «cem dias» da gestão de Lurdes Pintasilgo, que a atitude da CGTP em relação aos governos é caracterizada por uma oposi-

ção sistemática. Com uma ou outra *nuance* secundária, o posicionamento da Inter perante os sucessivos governos tem percorrido sempre as mesmas etapas: primeiro, a crítica sectorial, passando rapidamente à crítica global à política desenvolvida pelo executivo; depois transita do combate à política à luta contra o próprio Governo; por fim, a exigência da queda do Governo (traduzida na já célebre máxima, sempre actual, «A luta continua (...) para a rua») e da sua substituição. Para tal, a CGTP reclama, conforme a conjuntura política, ou a intervenção do presidente da República, ou a realização de eleições gerais antecipadas, esperando que destas possa sair uma solução política alternativa.

Tem havido uma manifesta convergência tática e estratégica entre a CGTP e o PCP. As suas actuações políticas têm sido, em quase tudo, idênticas e praticamente simultâneas. De resto, o Partido tem-se servido sistematicamente da central como o seu mais importante e eficaz meio de intervenção na vida política, social e económica. O contrário é que seria de estranhar: sendo o PCP, assumidamente, um partido de feição leninista, encara os sindicatos, antes de mais, como correias de transmissão. Ainda que longe da limpidez das situações análogas nos outros países da Europa do Sul, a relação entre o PCP e a CGTP tem vindo a ser progressivamente clarificada.

A convergência na actuação política tem sido acompanhada por uma quase absoluta identidade de opiniões. Na verdade, entre a CGTP e o PCP não se pode falar de autênticas divergências de opiniões. E, quando elas surgem, ou versam questões secundárias, ou têm uma justificação de ordem tática. O primeiro caso é ilustrado pela proposta de plano a médio prazo, da autoria do I Governo Constitucional, que na altura mereceu a rejeição política do PCP, mas que foi agradavelmente recebido pela Inter, que ainda hoje encontra naquele documento uma forte justificação para as suas posições em matéria de política económica. O segundo caso tem como melhor exemplo a adesão à CEE — com a Inter, sensível às opiniões da minoria, a preconizar um estatuto de associação, e o PCP a opor-se simplesmente à entrada no Mercado Comum. Mesmo aqui, a diferença de pontos de vista foi sendo matizada, uma vez que as reservas da central em relação à Europa foram crescendo...

Na caracterização do tipo de sindicalismo desenvolvido pela CGTP é possível destacar três linhas de força dominantes:

1. Um sindicalismo situacionista. A CGTP tem revelado uma enorme capacidade de adaptação às novas situações que vão sendo criadas nos domínios político, económico e social. Situações que começam por ser rejeitadas e combatidas, porque consideradas verdadeiras ameaças, para passarem, depois, a ser defendidas. Foi o que se passou, por exemplo, com as duas versões da Constituição — a original, aprovada em 1976, e a saída da sua posterior revisão. No domínio da legislação laboral foi o que aconteceu igualmente com as leis da greve ou das comissões de trabalhadores. O mesmo sucedeu na Reforma Agrária, com a famosa «lei Barreto».

Extremamente pragmática na percepção do que, em cada momento histórico, considera ser o menor dos males, a CGTP passa a defender o que antes rejeitara com todas as suas energias. Não é que a central tenha mudado de opinião. O que acontece é que, nessas ocasiões, vem ao de cima o apurado sentido tático do partido que a domina. Percebe-se que assim seja se se atender ao facto de o PCP e a CGTP actuarem sempre por forma a manter, em cada momento, o maior número possível de zonas de influência.

Uma outra determinante é a de contrariar o refluxo político existente em Portugal desde 1976. Nestes dois sentidos, pode-se afirmar que a CGTP é, não só situacionista, como inclusivamente conservadora.

2. Um sindicalismo acentuadamente político. Para a CGTP, e em termos teóricos, um dos principais objectivos da acção sindical é contribuir para a transformação da sociedade. É neste sentido que há quem considere que estamos perante um sindicalismo revolucionário. Mas o carácter político do sindicalismo praticado pela Inter não lhe advém apenas da concepção teórica perfilhada; ele é reforçado pela falta de outros meios de acção política por parte da central e do próprio PCP, relativamente isolados e bloqueados.

Não admira, pois, que a negociação colectiva e a acção reivindicativa nas empresas — as duas zonas de actuação sindical privilegiadas pela Inter — sejam levadas a cabo com uma considerável carga política. Numa central hierarquizada e disciplinada como é a Intersindical, nem uma nem outra gozam de grande autonomia, inserindo-se sempre na estratégia geral de actuação definida pelos órgãos dirigentes. O resultado final dessa estratégia é que importa salvaguardar — mesmo que isso prejudique a acção ao nível da contratação ou nas empresas.

Para a CGTP, o espaço e os meios da acção sindical e política confundem-se. A actuação sindical deve sempre ter um alcance político. E importa que a acção política também tenha consequências no plano sindical.

3. Um sindicalismo de contestação ao chamado poder burguês. O primado da perspectiva da acção sindical conduzida pela CGTP leva a que, numa sociedade capitalista, o poder seja erigido em inimigo principal — mais do que o patronato. Deste ponto de vista, o poder encarna o inimigo de classe. Numa lógica de luta de classes — como a que é perfilhada pela CGTP — há, portanto, que combater o governo, visando o seu derrube. Cada governo que cai é interpretado como uma derrota da burguesia e, nessa medida, como mais uma vitória da classe trabalhadora organizada.

Se o «governo burguês» é o inimigo principal, ele deve ser combatido por todos os meios, desde a negociação colectiva e a acção reivindicativa nas empresas até às manifestações de rua, passando pelos diversos meios institucionais.

A contestação ao que é classificado de poder burguês implica a rejeição de uma qualquer concertação com o mesmo poder — o que explica, em parte, a recusa da central em integrar o Conselho Permanente de Concertação Social. Mas isso não significa a recusa da negociação. Pragmática como é, a CGTP está sempre pronta a negociar — quer quando está em posição de força (e, portanto, pode impor as suas condições), quer quando está na mó de baixo (e, nessa medida, não tem outra alternativa senão aceitar o menor dos males). Negociação, em todo o caso, de âmbito limitado e desde que não prejudique a capacidade de contestação.

## UGT: UM SINDICALISMO APOLÍTICO E PRÓXIMO DO PODER

Durante muito tempo — e, por vezes, ainda hoje, pelo menos em alguns dos seus escalões —, a UGT erigiu a CGTP como principal inimigo. Vincadamente anticomunista nos seus primeiros anos de vida, ela assemelhou-se, neste aspecto, à generalidade dos partidos não comunistas (de direita e de esquerda) que, em Portugal, sobretudo quando chegam ao poder, à falta

de um projecto próprio e autónomo, norteiam a sua política em grande medida por oposição ao PCP.

Uma outra característica, que ainda mantém, resulta directamente do acordo interpartidário que lhe está subjacente. É sabido como os critérios sindicais são distintos — e, por vezes, antagónicos — dos critérios políticos, e mais especificamente partidários. Se o carácter interpartidário constitui, por si só, um entrave a uma acção sindical independente, ele agrava-se na razão directa da sua proximidade com quem detém o poder político.

Só durante os governos de iniciativa presidencial a UGT não sentiu directamente este problema — que estava ultrapassado à partida, na medida em que nenhuma das suas principais componentes políticas se encontrava verdadeiramente comprometida com o poder.

As coisas mudaram por completo com a formação da Aliança Democrática e a sua ascensão ao Governo. Numa situação de rigorosa paridade, como então vivia a UGT, ter um pé no poder e outro na oposição foi um factor gerador de tensões permanentes, que, ao invés de ser fonte de vitalidade, provocou a paralisação completa da central, agravada pela sistemática vinda a público das contradições entre os seus responsáveis.

Como reacção de autodefesa, a UGT passou a reclamar, a partir do momento em que a AD entrou na sua curva descendente, uma solução política diferente: o actual bloco central. Decalcada da sua própria experiência, colhendo os ensinamentos de uma coexistência de alguns anos, uma aliança política dos dois maiores partidos portugueses teria, desde logo, a vantagem de resolver grande parte das contradições internas existentes na central e de beneficiar directamente as forças suas apoiantes. Esta postura, apresentada, ademais, como única solução possível para o País, permitiu à UGT passar a adoptar uma posição de relativo distanciamento e oposição em relação à AD, que se foi acentuando à medida que a coligação direitista se desagregava.

Não admira, pois, que a UGT não se oponha à actual solução governativa. Porque, como se disse, esta foi feita à sua imagem e semelhança. Porque o acesso ao poder é a meta última de qualquer partido — e são os partidos que estão no Governo que dominam a UGT. Porque a central sente que, no fundo, retirará mais benefícios com este tipo de coligação do que com uma outra qualquer. A UGT tenderá, assim, a criticar apenas aspectos pontuais e sectoriais da política governativa, tendo sempre o cuidado de «pôr a mão debaixo» do Governo para impedir a sua queda.

Central de vocação reformista, a aposta na concertação com o Governo e com as organizações patronais (mais com aquele do que com estas...) constitui o principal vector da sua política. Trata-se de uma opção ao mesmo tempo táctica e estratégica. E compreende-se porquê: para além de corresponder à própria concepção de sindicalismo perfilhada, ela é acentuada, por um lado, pela notória falta de outros instrumentos de acção sindical e, por outro, pela maior ou menor afinidade em relação aos que, em cada momento, detêm os mecanismos do poder político. Acresce que, com esta opção, a UGT espera sempre obter vantagens relativamente à central adversária.

Enquanto a UGT julgar que tem o mínimo de margem de negociação com o poder; enquanto sentir que pode beneficiar de uma participação, mesmo crítica e distanciada, «à mesa do orçamento»; enquanto for influenciando o poder por dentro — ela não porá em causa o Governo, pelo menos em termos frontais e irremediáveis. Ou seja: a UGT tenderá sempre a «experi-

mentar» qualquer governo, a dar-lhe o chamado benefício da dúvida — a não ser que se lhe depare um governo extremista, de direita ou de esquerda.

Em caso de contestação, e perante a manifesta escassez de meios sindicais clássicos, a UGT privilegia naturalmente a via institucional, através dos partidos (que, apesar de tudo, também influencia), pela acção dos parlamentares sindicalistas, nos órgãos de composição tripartida. Atenção particular é dada aos órgãos de comunicação social, a que tem um acesso mais facilitado do que a CGTP.

No Portugal dos anos 80, e salvo algumas oscilações de carácter conjuntural, o sindicalismo defendido e praticado pela UGT distingue-se por três traços essenciais:

1. Um sindicalismo situacionista. Isto é, um sindicalismo cujo projecto se identifica, em traços gerais, com o actual sistema, saído de uma Constituição que foi modelada pelos dois partidos que deram origem e suportam a central. Assim sendo, estamos perante um sindicalismo duplamente reformista: porque está com o sistema e se sente próximo de quem o administra. A sua preocupação fundamental é o aperfeiçoamento constante da gestão do sistema, introduzindo-lhe algumas reformas pontuais e oleando os seus mecanismos, por forma a contribuir para a sua perpetuação.

2. Um sindicalismo tendencialmente apolítico. É a procura de uma distinção e uma separação entre a actuação política, por um lado, e a actuação económico-social, por outro. A intervenção política tem o seu próprio espaço e meios: os partidos, o Parlamento, os órgãos tripartidos, onde também estão dirigentes sindicais ligados à central. A intervenção económico-social tem os seus lugares de eleição nas empresas e na contratação colectiva (mais nesta do que naquelas). Ora estes dois níveis de actuação são considerados pela UGT como crescentemente estanques. Dificilmente se imagina, por exemplo, um sindicato da UGT a permitir que a negociação de um contrato colectivo seja afectada por razões não pertencentes directamente ao respectivo quadro económico-social, e muito menos por motivos vincadamente políticos. Como também não se vê um conflito numa empresa pesar decisivamente no comportamento político da central ou dos seus dirigentes. Isto é: para a UGT, a política e a acção sindical têm os seus espaços próprios, que não se confundem e só ocasionalmente se cruzam.

3. Um sindicalismo próximo do poder político. Mais do que uma opção deliberada, é o resultado da composição partidária do poder político, por um lado, e da própria central sindical, por outro. A proximidade e a afinidade com os que detêm o poder político trazem, simultaneamente, vantagens e inconvenientes. Vantagens, pelos benefícios que isso sempre acarreta, em especial em situações de abundância ou desafogo económico, ou quando se verifica o bloqueamento dos mecanismos sindicais tradicionais (como acontece actualmente em Portugal). Inconvenientes, pela consequente diminuição do campo de manobra dos sindicatos em relação ao Governo, pelo risco de perda de independência, pela possibilidade de gerar fenómenos de cobertura (quando não cumplicidade) da política governamental. Estes inconvenientes agravam-se inevitavelmente em situações de crise económica e de austeridade.

## O ISOLAMENTO EUROPEU DA CGTP E O ALINHAMENTO COM A FSM

Também as relações internacionais das centrais portuguesas são reveladoras do seu posicionamento político.

Única organização sindical não corporativa existente à data da Revolução, a Intersindical teve o «mundo a seus pés», o que lhe permitiu desenvolver contactos oficiais com todas as grandes correntes sindicais com expressão ao nível mundial. O seu comportamento político nos anos imediatamente a seguir ao fim da ditadura, a crescente supremacia dos comunistas no seu interior, o progressivo afastamento de outros sectores (com destaque para os socialistas), o alinhamento sistemático com a tática do PCP, de par com a formação da UGT, em 1978, modificaram por completo a posição e o crédito da CGTP no xadrez internacional.

Por outro lado, perante o bloqueamento do diálogo sindical ao nível internacional e determinados acontecimentos da vida política mundial, a CGTP foi inevitavelmente impelida a um crescente alinhamento com o bloco com que sentia mais afinidades ideológicas e políticas — a FSM, Federação Sindical Mundial, com sede em Praga, estreitamente ligada ao bloco comunista. Por outro lado, a criação da UGT, activamente apoiada no plano internacional pela Internacional Socialista (através do PS), diminui consideravelmente o espaço de influência da CGTP, reduzindo as «pontes» com importantes sectores sindicais.

O alinhamento objectivo da CGTP com a FSM acabaria por ser comprovado por um facto que se revelou vital na história recente do movimento operário europeu (e não só): a criação do sindicato Solidariedade na Polónia e posterior ilegalização pelo regime socialista, acompanhado da repressão aos seus dirigentes e militantes. Colocada perante uma questão crucial, a CGTP — que já antes recusara condenar a intervenção soviética no Afeganistão — não hesitou em justificar o golpe de Estado chefiado por Jaruzelski, adiantando, em comunicado, que «as medidas agora tomadas irão solidificar o socialismo». Última confederação da Europa ocidental a tomar posição sobre os acontecimentos na Polónia, a CGTP foi a primeira a apoiar o golpe de Jaruzelski.

Detivemo-nos propositadamente sobre esta questão, não só pela sua importância absolutamente vital, como pelas suas consequências. Com efeito, a posição da Inter sobre os acontecimentos de 13 de Dezembro de 1981 na Polónia irá acentuar, quer o seu alinhamento com a FSM, quer o seu isolamento em relação às outras correntes sindicais.

Formalmente independente em relação às três organizações sindicais de âmbito mundial, é um facto que a CGTP (ao nível da confederação e das demais estruturas) mantém relações privilegiadas com a FSM, e em especial com os sindicatos dos países do Leste, com os quais não são conhecidas, pelo menos em termos públicos, divergências de monta. Acontece, até, que, das quatro confederações de orientação comunista da Europa ocidental, a portuguesa é a que mais perto se situa da FSM.

É manifesto o bloqueamento internacional em que a CGTP se encontra — apesar dos tremendos esforços desenvolvidos desde o congresso de 1983, que provocou a substituição do responsável pelo respectivo pelouro. Já aqui foram referidos alguns factores explicativos, ao nível interno e externo, dessa situação. Acrescente-se, somente, que, num plano estritamente sindical, a absoluta intransigência revelada nas conferências da OIT em relação à UGT, repetindo-se anualmente, não lhe terá trazido grandes benefícios — antes pelo contrário.

A actual situação da CGTP no domínio internacional é a seguinte:

1. Inexistência de relações institucionais com a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL), com sede em Bruxelas e que agrupa a

esmagadora maioria das centrais sindicais do chamado «mundo livre». A CGTP mantém relações apenas com algumas (poucas) organizações nacionais aderentes da CISL, quer porque ainda se mostram cépticas em relação à UGT, quer porque perfilham uma política de bom entendimento com todas as organizações sindicais, independentemente da sua orientação, quer, finalmente, devido à influência de alguma tendência comunista no seu interior.

2. Dificuldades crescentes com a Confederação Mundial do Trabalho (CMT), de raiz católica, para o que também contribuiu a sua recente viragem para posições mais aproximadas da CISL, com perda relativa das suas características de terceira via perante os dois grandes blocos sindicais existentes. Se a CMT ainda apoia a CGTP, tal deve-se, fundamentalmente, às relações privilegiadas que mantém, em Portugal, com a Base-FUT, associação que, no plano sindical, continua a colaborar com a Inter. O esfriamento das relações da CMT com a CGTP parece, de resto, encontrar eco junto dos sindicatos nacionais de orientação cristã. De assinalar a importância, neste caso, dos acontecimentos da Polónia, não sendo de desprezar o facto de a CMT ser liderada, desde há alguns anos, por um sindicalista de origem polaca, que nunca se furtou a manifestar a sua viva simpatia pela experiência do Solidariedade.

3. Mesmo entre as centrais comunistas da Europa ocidental, a CGTP não desfruta de apoios significativos. Excepção feita à CGT francesa — central nacional com que, de longe, a Inter mantém melhores relações e tem as maiores afinidades, ao ponto de, por vezes, a considerar como modelo —, quer a de Espanha quer a de Itália mantêm uma posição de reserva e de prudência, o que não deixa de ser igualmente um reflexo das querelas introduzidas no movimento comunista internacional, e nos sindicatos por ele influenciados, pelo debate em torno do eurocomunismo. Assim, as relações com a CGIL italiana parecem frias e pontuais, enquanto com a CCO espanhola subsistem importantes divergências (como, por exemplo, sobre a adesão dos respectivos países à Comunidade Económica Europeia). Recorde-se que estas duas últimas organizações se apressaram, em Dezembro de 1981, a condenar o regime socialista polaco, enquanto a CGT francesa optou por uma atitude de crítica diplomática — bem diferente, em todo o caso, da compreensão expressa pela congénere portuguesa.

4. Entre as centrais nacionais não filiadas, a CGTP mantém boas pontes. Há naturalmente excepções: caso da já citada CGIL italiana, das dos países comunistas mais hetedoroxos e sobretudo da CFDT francesa (socialista autogestionária), com quem, depois de um período de intensa colaboração, deixou praticamente de haver relações. Mas é inegável o à-vontade com que a CGTP se movimenta entre os sindicatos autónomos do chamado Terceiro Mundo — como os situados no Norte de África, Médio Oriente, América Latina e África de expressão portuguesa. Atente-se, contudo, em que, apesar do seu estatuto de independência, muitas dessas organizações são manifestamente influenciadas pela FSM.

5. O isolamento da CGTP no plano europeu acabou por ser comprovado na recusa do seu pedido de filiação na Confederação Europeia dos Sindicatos (CES) — que é, sem dúvida, a mais poderosa e pluralista organização sindical de âmbito continental. De uma rejeição com um significado semelhante só foi objecto a CGT francesa, uma vez que a CGIL italiana é membro da CES, enquanto a CCO espanhola ainda não viu vetado o seu ingresso.

A exclusão da maior central sindical portuguesa terá maiores consequências a partir do momento em que Portugal aderir formalmente à CEE, comunidade de que a CES é um parceiro efectivo.

## A PRIMAZIA DA UGT NA EUROPA OCIDENTAL

Apesar dos fartos apoios políticos de que gozou logo à nascença, a UGT começou por sentir algumas dificuldades no plano externo. Tratava-se de uma organização jovem, de implantação desconhecida, mas claramente minoritária no contexto português, criada de uma forma muito pouco ortodoxa, muito pouco sindical. Nessa fase, os únicos, ainda que nada desprezáveis, apoios verdadeiramente empenhados vieram das organizações perfilhando uma posição vincadamente anticomunista, desejosas de contribuir para a criação, em Portugal, de uma alternativa à Intersindical. Muitas organizações potencialmente simpatizantes do projecto UGT mantiveram, pragmaticamente, os contactos com a CGTP, ao mesmo tempo que outras adoptavam uma posição de expectativa.

O panorama sindical português foi-se clarificando com o decorrer dos anos, enquanto, externamente — sobretudo, como se disse, com os acontecimentos na Polónia —, a situação era marcada por crescentes tensões entre os dois grandes blocos. A adesão à CISL — verdadeira porta aberta para um elevado número de centrais de todos os continentes —, acompanhada do afunilamento das relações internacionais da CGTP, permitiu à UGT diversificar os seus contactos, e implantar-se com alguma solidez.

Apesar das dificuldades iniciais, derivadas das reservas dos sindicatos da CMT e da TUC britânica, entre outros — reservas, de resto, ainda existentes, se bem que um pouco mais matizadas —, a UGT conseguiu aderir à CES. Tratou-se de um triunfo inegável: porque a sua admissão foi acompanhada de um expressivo «não» à CGTP; porque ela confirma a UGT como a central sindical portuguesa com mais entrada na Europa ocidental; porque, dado o notório prestígio da CES, ela constitui uma ponte para sindicatos de outros países, continentes e sensibilidades.

Hoje em dia, e até como resultado da sua pertença à CES, a UGT consegue (ou está em vias de conseguir) ter melhores relações com a CGIL italiana e a CFDT francesa — as centrais que mais têm inovado o movimento sindical europeu — do que a CGTP. E tudo indica que o mesmo venha a acontecer, pelo menos a médio prazo, com a própria Confederação Mundial do Trabalho.

Naturalmente que, fora do quadro europeu ocidental e da CISL, as relações da UGT ficam bastante aquém das da CGTP. Do lado socialista — e excepção feita, obviamente, ao Solidariedade polaco — apenas mantém contactos com sindicatos de países não pertencentes à órbita soviética e que também não estão ligados à FSM (Jugoslávia, República Popular da China).

A tendência futura da UGT é de alargar as suas relações na área dos sindicatos autónomos da África, Ásia e América Latina, que, quando libertos de pesadas tutelas externas, fazem do pragmatismo um dos seus traços dominantes, traduzido, no plano externo, pelo diálogo com o maior número possível de centrais nacionais. Não será, assim, de admirar que venha a estabelecer contactos formais, designadamente com as organizações sindicais de alguns países africanos de expressão portuguesa, que até agora

têm reduzido as suas relações oficiais à CGTP, mas que provavelmente não deixarão de procurar beneficiar da influência da UGT em algumas áreas da política portuguesa.